

C1. Pedido de indicação de preposto da contratada

Fundamento legal: Art. 68 da Lei federal nº 8.666/93¹.

Descrição: Com o escopo de atender à determinação constante do art. 68 da Lei federal nº 8.666/93, objetiva tal requerimento indicar o preposto do particular contratado que o representará no local da execução do objeto.

====

Entidade ou órgão contratante

At.: Nome do gestor do contrato

Ref.: Número do contrato/ano

Prezado(a) Senhor(a),

A **XX**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XX/XX**, estabelecida na **XX**, nº **XX**, na cidade de **XX**, Estado de **XX**, telefone (**XX**) **XX**, por seu representante legal infra-assinado, vem, mui respeitosamente, à vossa presença, com fundamento no art. 5º, inc. XXXIV, al. a², da CF/88 c/c o art. 68 da Lei nº 8.666/93, **indicar o seu preposto**, nos termos que abaixo segue:

Informa-se a esta Administração contratante que a subscrevente é a regular contratada para executar os serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais nos seus imóveis.

Neste ajuste, conforme se infere da cláusula nº. **XX** do instrumento contratual, obrigou-se a subscrevente a indicar um funcionário, pertencente ao seu quadro de colaboradores, para desempenhar as atribuições de preposto, *ex vi* do disposto no art. 68 da Lei de Licitações.

Acerca da indicação do preposto, como bem ensina jurista Joel de Menezes Neibuhr, *in verbis*:

"É recomendável que o preposto seja indicado pelo contratado por escrito, até que tal fato seja documentado no respectivo processo, inclusive para aferição dos órgãos de controle" (cf. *in Licitação Pública e Contrato Administrativo*, 2ª Ed., Belo Horizonte, Forum, 2012, p.766).

¹Art. 68. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato".

²Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

.....
a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;"

Da mesma forma manifesta-se o eg. Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

“9.3.5. exija das empresas contratadas a designação formal de preposto a ser mantido no local dos serviços, para representá-las durante a execução do contrato de prestação de serviços, em atenção ao disposto nos arts. 68 da Lei nº 8.666/1993 e 4º, IV, do Decreto nº 2.271/1997;” (Acórdão 1163/2008 – Plenário - Ministro Relator - Benjamin Zymler).

“9.2.21. em atenção ao disposto no art. 68 da Lei 8.666/1993 c/c inciso IV do art. 4º do Decreto 2.271/1997, exija das empresas contratadas a designação formal de preposto a ser mantido no local dos serviços, para representá-la durante a execução contratual, efetivamente intermediando as solicitações entre o contratante e os funcionários terceirizados, por meio de instrumento específico, a exemplo das ordens de serviço, de modo a não caracterizar subordinação direta dos profissionais da contratada ao Ministério do Esporte, bem como adote providências para aceite do indicado e sua efetiva atuação no local onde os serviços são prestados (achado II.20);” (Acórdão 1597/2010 – Plenário - Ministro Relator Augusto Sherman Cavalcanti).

Com o escopo, portanto, de cumprir tal encargo contratual, com o intento de representar a requerente no âmbito do ajuste em destaque - esperando que seja aceito pela Administração contratante - indica-se como preposto o Sr. **XX** (*profissão*), portador da carteira de identidade nº **XX**, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº. **XX/XX**, colaborador que integra o quadro efetivo de funcionários desde **XX/XX/XX**, conforme documentos anexos (Doc. **XX**).

Informa-se, por fim, que os poderes do representante da requerente, no âmbito da contratação em destaque, cinge-se às tratativas, realizadas por escrito, devendo todas as comunicações entre a Administração contratante e a requerente ocorrer por meio deste preposto.

Nesses termos, pede deferimento

Identificação (Nome e cargo)

Local e Data